

PPPEA DA APA DE GUARATUBA: UMA FERRAMENTA ESTRUTURANTE PARA A GESTÃO TERRITORIAL NO LITORAL PARANAENSE

André Lucas Santiago¹

Jandaíra dos Santos Moscal²

Renata Garrett Padilha³

Mariele Borro Mucciatto Xavier⁴

Carlos Alberto de Oliveira⁵

Resumo: Historicamente a gestão das Unidades de Conservação (UC's) enfrenta inúmeros desafios, desde a falta de recursos financeiros, humanos e infraestrutura operacional, aos desafios de consolidação dos mecanismos participativos e execução de ações de Educação Ambiental (EA) que promovam o engajamento social crescente. Neste contexto, os órgãos gestores têm criado diferentes estratégias e ferramentas de fortalecimento das ações de EA e seu envolvimento. O presente artigo relata a experiência coletiva de elaboração do PPPEA da APA de Guaratuba, com o engajamento de atores e instituições sociais diversas, trabalhando a partir da leitura crítica da realidade como a base deste documento orientador sem precedentes no território.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica; Gestão Socioambiental; Participação Social; Trabalho em Rede; Unidades de Conservação.

Abstract: Historically, the management of Conservation Units (UC's) faces numerous challenges, from the lack of financial and human resources and operational infrastructure, to the challenges of consolidating participatory

¹ Instituto Sarapiá. E-mail: andrelucassantiago@gmail.com.

² PGSISCO/UFPR. E-mail: jandairamoscal@ufpr.br.

³ Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais. E-mail: renata@maternatura.org.br.

⁴ ICMBio. mariele. E-mail: mucciatto@icmbio.gov.br.

⁵ Consultor Conselho Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange. E-mail: kaiapo_6@yahoo.com.br.

mechanisms and implementing Environmental Education (EA) actions that promote increasing social engagement. In this context, management bodies have created different strategies and tools to strengthen EA actions and their involvement. This article reports the collective experience of preparing the PPPEA of the APA of Guaratuba, with the engagement of different actors and social institutions, working from a critical reading of reality as the basis of this unprecedented guiding document in the territory.

Keywords: Critical Environmental Education; Conservation Units; Networking; Social Participation; Socio-environmental Management.

Introdução

O presente artigo é fruto do processo iniciado a partir da renovação do licenciamento ambiental de um empreendimento localizado na Área de Preservação Ambiental - APA Estadual de Guaratuba, que através de uma condicionante proporcionou a capacitação de gestores públicos, movimentos sociais, organizações civis, professores universitários, estudantes e demais representantes dos diversos segmentos sociais, como parte da jornada de elaboração do Projeto Político-Pedagógico mediado pela Educação Ambiental - PPPEA do Território da APA de Guaratuba.

O território da APA de Guaratuba abrange boa parte do litoral sul paranaense, incluindo todo o município de Guaratuba e parte dos municípios de Matinhos, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais, Morretes e Paranaguá, com cinco UC's sobrepostas a sua área: os Parques Nacionais de Saint-Hilaire/Lange e Guaricana, Parque Estadual do Boguaçu, Parque Natural Municipal Lagoa do Parado e a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Encontro das Águas.

Foram meses de formação, articulação e aprendizado que abordaram conteúdos significativos da realidade de quem vive e atua em uma área de proteção ambiental. Perpassou pela confiança construída entre os participantes, as oportunidades de intercâmbio e de partilhas que ocorreram entre os diversos segmentos, pelo diálogo qualificado ocorrido no aprofundamento da interação da universidade com a sociedade, pela perspectiva ampliada sobre o território e suas problemáticas e pela visão crítica proporcionada pela compreensão sistêmica que a abordagem metodológica construiu junto aos participantes. Resultando no amadurecimento de posicionamentos em relação às condições em que se vive e que podem ser transformados a partir de ações estruturantes bem coordenadas no tempo, frente a realidade percebida.

O resultado desse processo foi a construção coletiva do PPPEA que servirá de documento orientador para as ações de educação ambiental que venham acontecer no referido território, bem como, a constituição de uma rede de apoio, troca de experiências e parceria entre profissionais que ali atuam, tendo como avanço: o fortalecimento da institucionalização da educação

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 7: 559-572, 2024.

ambiental como parte estruturante das políticas públicas de gestão socioambiental e a interconectividade das diferentes instâncias de governança.

O artigo descreve a riqueza e a profundidade do processo de articulação social e o legado prático para um dever de maior base metodológica e articulação interinstitucional estruturante para as ações de EA do território, e está organizado em três tópicos; a contextualização de como o processo iniciou, a metodologia de construção do Projeto e o caminhar para a elaboração do PPPEA, e por fim, a formação da rede gestora para implementação das ações.

Como tudo começou

A proposta inovadora de elaboração do PPPEA do Território da APA de Guaratuba começou pela articulação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com o Instituto Água e Terra (IAT), como fruto de uma ação da Câmara Temática (CT) de Mineração do Conselho Gestor da APA, envolvendo UC's federais, estaduais e municipais, todas sobrepostas a APA (Figura 1).

O tão almejado trabalho integrado, pelo menos do ponto de vista teórico, estava posto para ser colocado em prática. A oportunidade apontava para a possibilidade das UCs compreendidas no mesmo território se articularem, pensarem, planejarem e executarem ações relacionadas a processos educativos de forma integrada. Dessa forma, iniciou-se essa grande experiência que será relatada a seguir.

Em 2021, a empresa mineradora, Grupo Nova Prata, apresentou uma proposta de projeto de Educação Ambiental para análise da CT de Mineração da APA Estadual de Guaratuba, como condicionante da renovação de sua licença de operação. Tal proposta estava mais voltada para a comunicação e a gestão de resíduos. Assim, após análise e considerando que esse tipo de demanda - Educação Ambiental e licenciamentos - se repetiria futuramente, a CT, inspirada na Instrução Normativa (IN) nº 02/2012 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, levantou a necessidade de dar um passo atrás para elaborar algo mais estruturante, que norteara os futuros projetos de Educação Ambiental para que estes realmente atendessem as necessidades do território e contribuíssem efetivamente com a gestão das UC's.



Figura 1: Unidades de Conservação do território da APA de Guaratuba.

Fonte: Adaptado de ICMBio (2024) / Cynthia Bresser.

Essa ideia foi apresentada primeiramente ao órgão gestor da APA e após o seu aceite avançou para a fase de negociação entre as instituições (IAT, ICMBio e o Grupo Nova Prata) para a elaboração de uma nova proposta, norteadas pela IN sobre PPPEA nº 19/2018 do ICMBio, apresentada ao Conselho Gestor da APA. O Conselho aprovou a proposta de “Elaboração do PPPEA do Território da APA de Guaratuba” como condicionante da renovação da licença ambiental. O setor de licenciamento do IAT acatou e o empreendedor concordou com a condicionante, portanto, os envolvidos partiram para a execução do documento.

Pela complexidade e abrangência na execução da condicionante aceita, optou-se pela celebração de um Acordo de Cooperação entre ICMBio e IAT. A primeira fase do processo foi a formação de uma Equipe de Coordenação para a elaboração do PPPEA, contendo integrantes do ICMBio (Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental; Gerência Regional do Sul; Núcleo de Gestão Integrada - NGI ICMBio Matinhos; NGI ICMBio Curitiba;

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 7: 559-572, 2024.

Parna do Iguaçu/ICMBio), do Governo do Estado do Paraná (por meio da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST e do IAT), do Grupo Nova Prata, de Instituições de Ensino e Pesquisa (Universidade Federal do Paraná - UFPR Setor Litoral) e da Organização da Sociedade Civil (Mater Natura), totalizando 16 representantes.

A Equipe de Coordenação foi responsável pela condução de todo o processo, contemplando o planejamento metodológico e organizacional das etapas necessárias para a elaboração do PPPEA do Território da APA de Guaratuba, bem como, fundamental para a identificação, articulação e mobilização dos atores sociais e lideranças locais que passaram a compor a Equipe Ampliada.

A segunda fase foi a mobilização e a articulação para a ampliação da equipe responsável pelas informações a respeito do território e pelas contribuições conceituais e operacionais para a construção do documento. A Equipe de Coordenação, através de uma atividade de mapeamento, identificou as instituições e lideranças estratégicas que tivessem potencial de parceria para a elaboração do PPPEA para compor a Equipe Ampliada. A articulação, mobilização e sensibilização de todos os atores identificados foi uma ação estruturante que demandou esforço e a contratação de uma consultoria.

Foram realizadas cinco reuniões de planejamento para a execução da I Oficina de Elaboração do PPPEA e planejamento executivo do Eixo Situacional. A primeira oficina contou com a participação de 78% dos atores sociais identificados como estratégicos na etapa anterior, ou seja, 42 pessoas das 54 mobilizadas, e teve como objetivo informar e sensibilizar os participantes sobre o processo de elaboração do documento. Ao final, das 28 instituições presentes, 21 aceitaram o convite para fazer parte da Equipe Ampliada, dar continuidade ao processo e participar das oficinas seguintes.

O principal desafio encontrado durante essa fase foi a participação dos envolvidos, tanto nas reuniões de coordenação quanto na primeira oficina. Os motivos foram a incompatibilidade de agenda, problemas técnicos na internet, a pandemia, que ocasionou o cancelamento em cima da hora dos participantes que se infectaram, e a morosidade na indicação dos representantes pelas instituições estratégicas, dificultando a logística (alimentação e transporte).

Assim, a Equipe Ampliada foi formada pelos membros da coordenação, instituições governamentais e não governamentais, instituições de ensino e representantes de comunidades/associações do território. Contou com a participação de 37 instituições e sofreu poucas perdas ao longo do processo, e surpreendeu pelo aumento do interesse de mais participantes, alcançando um total de 63 pessoas, divididos em cinco Grupos de Trabalho (GTs): GT Caiçara, GT Matinhos e Adjacências, GT Morretes, GT Paranaguá/Pontal e GT Topo da Serra, espacializado na Figura 2.

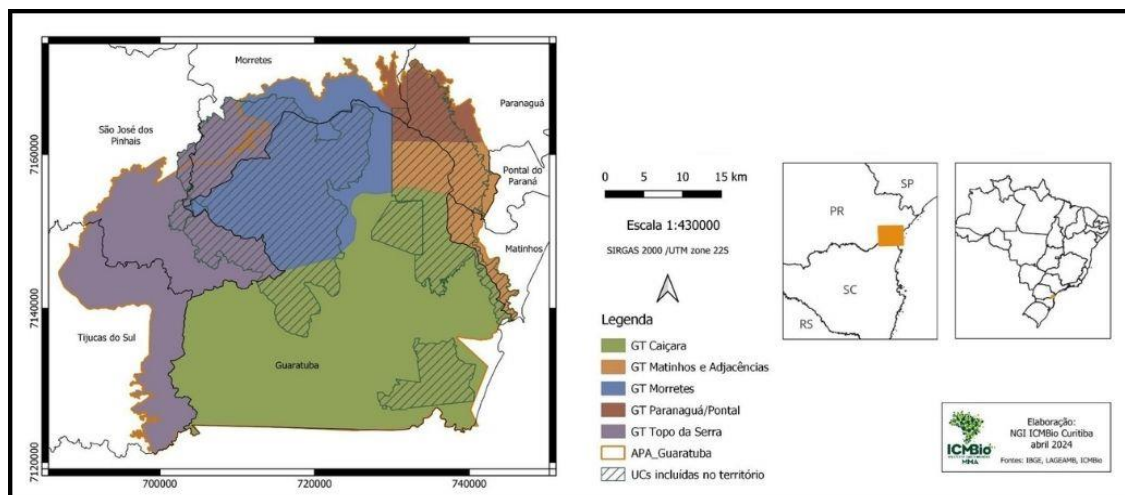


Figura 2: Distribuição dos Grupos de Trabalho no Território.

Fonte: ICMBio (2024).

Entrando nos Eixos: a estruturação do PPPEA

Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento que norteia o trabalho em espaços educadores, para cumprir os compromissos assumidos e construídos coletivamente por seus integrantes. Ele é fundamentado pela Constituição Brasileira e pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 9394/96.

O PPPEA foi pensado, pela equipe de educadores ambientais do ICMBio, como uma estratégia de gestão territorial para os territórios onde as UCs estão inseridas, envolvendo participação social, leitura crítica da realidade e tendo a EA como mediadora de todo o processo. É norteado pela Instrução Normativa nº 19/2018 do ICMBio, ancorado na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), na Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA), alinhado com o Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar (PEAAF) e com o PPP do ICMBio, de 2016.

Sua elaboração e implementação prevê um processo que objetiva discutir, refletir, planejar, articular e promover processos educativos e de EA (formais, não formais) necessários à melhor conservação da biodiversidade, gestão da UC e qualidade de vida dos grupos sociais prioritários na gestão das áreas protegidas. É um processo estruturante que deve ser construído de forma participativa com os atores locais envolvidos (instituições públicas, comunidades locais, entidades dos segundo e terceiro setores etc.) (ICMBio 2016).

Segundo Xavier (2020), essa normativa veio de um amadurecimento institucional pela busca de processos educativos que sejam coerentes com a diretriz institucional e que promovam o desenvolvimento de capacidades necessárias, tanto no plano cognitivo como no organizacional, para que as

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 7: 559-572, 2024.

comunidades participem da proteção, defesa e gestão do patrimônio natural em seus territórios. Os PPPEA's para o ICMBio surgem como uma estratégia de trabalhar a gestão da UC de forma mais ampla, considerando o território e unindo ações educativas para o fortalecimento e a integração dos instrumentos de gestão ambiental (Xavier, 2020).

De acordo com a normativa institucional, o PPPEA é composto por três eixos:

- **Eixo Situacional** - etapa analítica na qual são identificadas a problemática socioambiental e a realidade das ações educativas existentes no território;
- **Eixo Conceitual** - etapa na qual são identificados e definidos os princípios, diretrizes e objetivos que devem ser alcançados por meio da Educação Ambiental e de outras ações educativas e de capacitação;
- **Eixo Operacional** - etapa de definição das ações educativas com base na visão de futuro da UC, de seu território e com os princípios, diretrizes e objetivos previstos no Eixo Conceitual, além da elaboração do processo de avaliação e monitoramento das ações propostas.

Como se trata de um processo dialógico, com troca de saberes e construção de novos conhecimentos, a elaboração dos três eixos do PPPEA não seguiu uma ordem cronológica, ocorrendo de forma simultânea em alguns momentos, porém cumprindo todas as etapas conforme o fio lógico que orientou todo o processo, ilustrado na Figura 3.

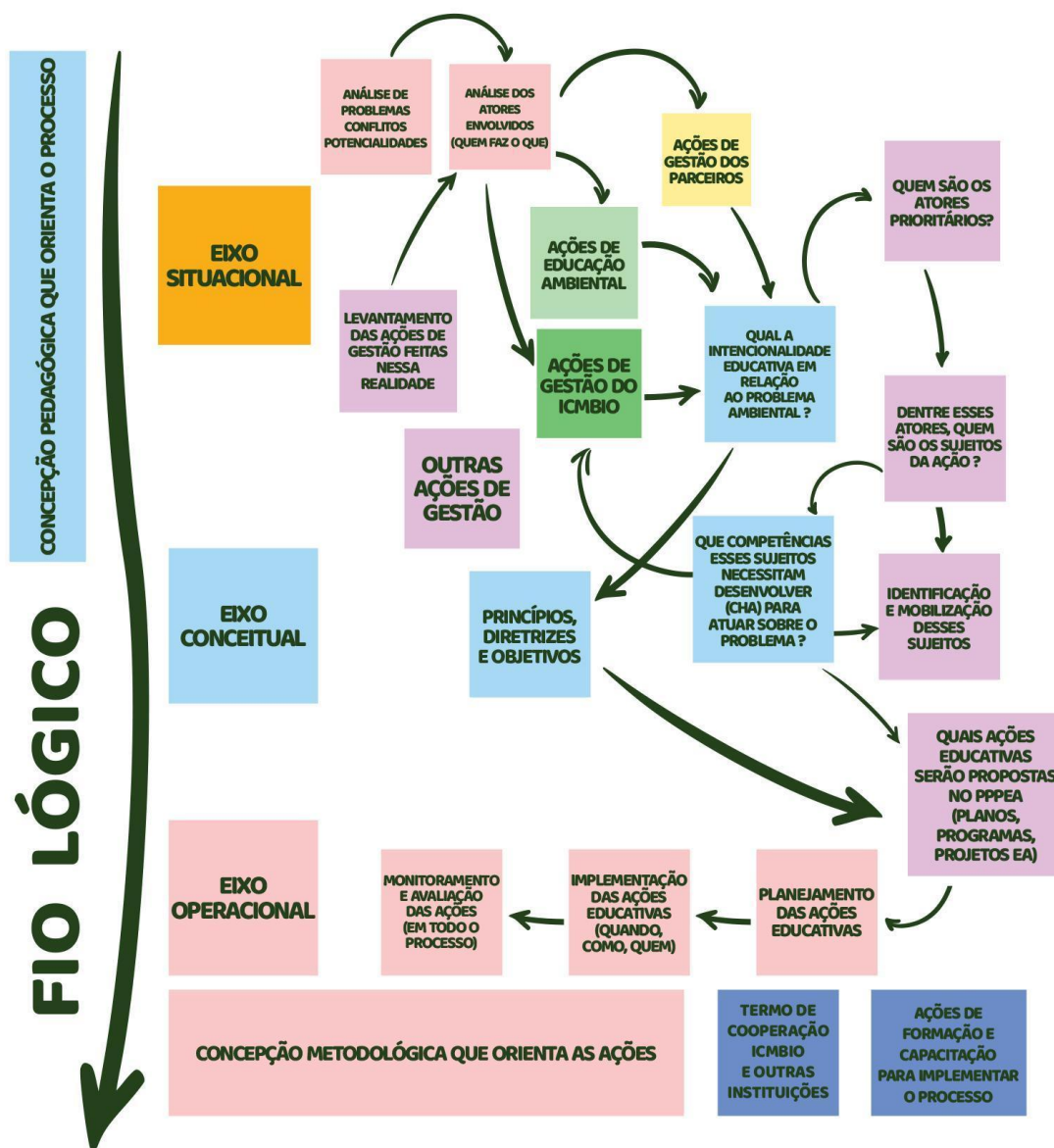


Figura 3: Fio Lógico do Processo.
Fonte: ICMBio (2024) / Designer Alissa Ceni.

O Eixo Situacional foi trabalhado, principalmente, nas seis primeiras oficinas gerando uma matriz de identificação dos principais conflitos presentes em cada sub território, não excluindo sua ocorrência e/ou impacto nas demais áreas, conforme a Figura 4:

PRIORIZAÇÃO DOS CONFLITOS DO TERRITÓRIO DA APA DE GUARATUBA				
GT Caiçara	GT Matinhos e Adjacências	GT Morretes	GT Paranaguá/Pontal	GT Topo da Serra
Caça e extração de palmito - Geral, para o território todo	Disputa por espaço	Uso e ocupação do solo	Comunidades de Paranaguá x PNSHL	Água - Crise hídrica
Mineração		Ferroeste	Água: Captações e barragens	Diferentes usos do solo
Turismo - Espaços				

Figura 4: Conflitos Prioritários e GT responsável.
Fonte: ICMBio (2024).

Vale salientar, que este momento objetivou a identificação e análise das problemáticas socioambientais, as características da realidade da região e o mapeamento de ações educativas existentes que poderiam contribuir com a gestão ambiental pública no território da APA de Guaratuba, sendo executado em quatro etapas.

Na primeira etapa, os participantes realizaram a leitura da realidade, compreendendo os principais processos sociais, econômicos, culturais, históricos, políticos e ecológicos existentes no território, possibilitando a identificação dos principais problemas, conflitos e potencialidades ambientais. Para isso, foram utilizadas as atividades: a) “mapa falado”, em que a partir de um mapa da APA de Guaratuba, os GTs representaram o seu território e anotaram sobre a relação deste com as UCs identificadas; e b) elaboração de um documento sobre o território a partir de perguntas norteadoras.

Na segunda etapa, IX e X Oficinas, foi trabalhada a visão de futuro para a Educação Ambiental do território, estratégias de conservação e de desenvolvimento socioambiental. Na terceira etapa, foi definida a estrutura de gestão do PPPEA, na qual foi estabelecido o formato democrático da gestão, os responsáveis pela execução e coordenação, suas atribuições, a origem dos recursos para sua implementação e as estratégias de acompanhamento das suas ações. A quarta etapa, de identificação, sensibilização, mobilização e articulação de atores estratégicos, bem como alguns sujeitos prioritários das ações educativas, com vistas à gestão ambiental pública, no caso, do PPPEA do Território da APA de Guaratuba, ocorreu no início do processo para a formação da equipe ampliada e na IX Oficina, com a identificação dos sujeitos prioritários para algumas ações que serão propostas no Eixo Operacional.

O Eixo Conceitual começou a ser elaborado na Oficina de Formação Integrada, em Foz do Iguaçu, quando os participantes das Equipes Ampliadas dos processos do PPPEA do Território da APA de Guaratuba e do PPPEA Parna do Iguaçu, após refletirem e dialogarem sobre a concepção metodológica e as macrotendências da Educação Ambiental brasileira,

alinham a intencionalidade pedagógica dos seus PPPEAs, bem como propuseram os objetivos, princípios e diretrizes que devem ser alcançados por meio da Educação Ambiental.

No campo da educação ambiental, as concepções educativas se expressam em ações que podem ser agrupadas de forma genérica e didática, mas conforme suas características, em macrotendências político-pedagógicas (Layargues; Lima, 2014). Segundo Ferla (2018), se constata a existência de três principais macrotendências político-pedagógicas da EA brasileira: a conservacionista, a pragmática e a crítica, com características, finalidades e referencial teórico-metodológico distintos.

A macrotendência assumida pelo PPPEA é a crítica e emancipatória, focada nas relações sociais envolvidas na gestão das UCs e na conservação da biodiversidade, alinhadas com a missão institucional do ICMBio, onde os princípios são “o diálogo entre saberes e fazeres, o reconhecimento de diferentes territorialidades e identidades, a valorização da cultura e da organização social dos grupos sociais que são sujeitos das ações educativas” (ICMBio, 2016, p. 30).

A concepção apresentada nos documentos oficiais do ICMBio é resultado do processo histórico de construção de uma identidade calcada no protagonismo da participação social qualificada e nos processos envolvendo a destinação, o acesso e o uso dos recursos naturais, priorizando atores em situação vulnerável nas relações assimétricas de poder (Ferla, 2018).

Na VIII Oficina foram apresentados os instrumentos de gestão das UC's, provocando nos participantes o entendimento de como o PPPEA deve conversar com estes e onde deve ser seu locus na gestão das UCs. As competências a serem desenvolvidas nos sujeitos das ações educativas propostas foram construídas durante a IX Oficina (Etapa 2).

O Eixo Operacional começou a ser elaborado na IX Oficina, com uma “chuva de ideias”, e na X Oficina, a última, com o planejamento e priorização dessas ações educativas (Etapa 1). A priorização foi realizada por meio dos critérios efetividade e urgência, a partir das quais foram definidas as ações educativas do PPPEA levando-se em conta sua visão de futuro e objetivos, princípios e diretrizes.

Na última oficina houve a apresentação de uma proposta de avaliação e monitoramento (Etapa 3) para o PPPEA, tanto em relação ao seu processo de elaboração quanto à sua fase de implementação, pensando na sua contribuição para o fortalecimento da participação social na gestão ambiental pública e no seu próprio processo de construção. O grupo entendeu que a implementação das ações educativas (Etapa 2) propostas/elaboradas no âmbito do PPPEA devem ser consideradas por empresas e instituições que tenham interesse em executá-las no território da APA de Guaratuba. As etapas dos três eixos estão sintetizadas na Figura 5:

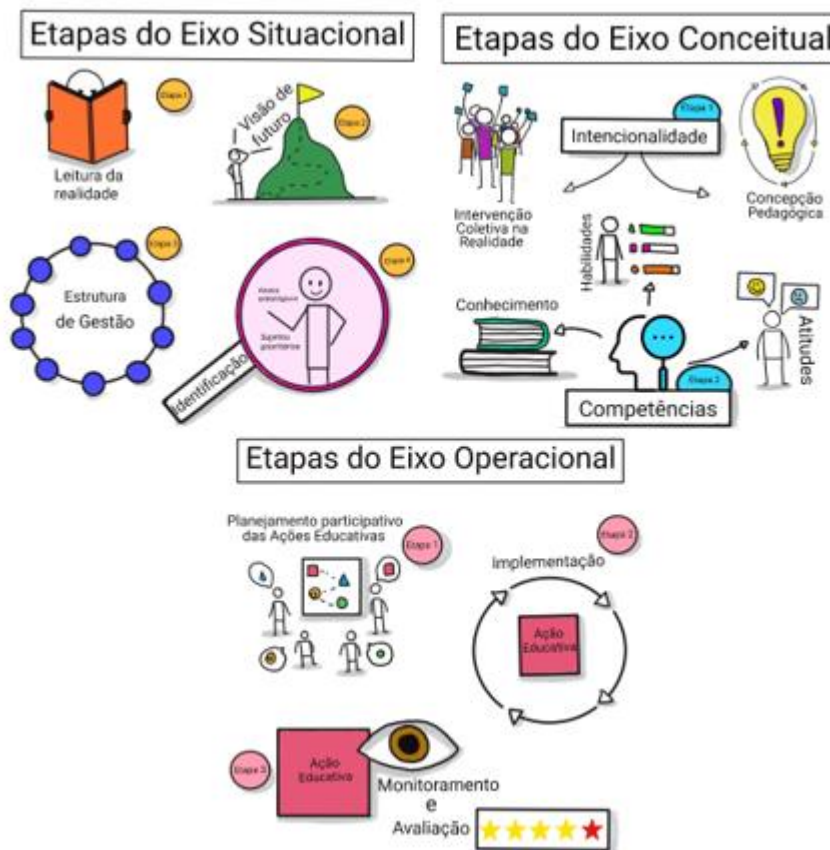


Figura 5: Etapas dos Eixos Estruturantes.
Fonte: ICMBio (2024) / Ana Carolina Saupe.

Rede Gestora: “...e o trabalho segue em frente”

Para Xavier (2020), a definição de uma equipe de gestão para o PPPEA pode influenciar no sucesso de sua implementação. Segundo a autora, trata-se de uma estrutura diferente da gestão da UC, orientada para conduzir e cobrar que as ações que compõem o eixo operacional sejam executadas, monitoradas e avaliadas.

Nesse sentido, foram estabelecidas três diretrizes para o processo de governança: (I) O PPPEA será gerido democraticamente no território, em formato de rede, através de uma estrutura de governança diversa e horizontal, com rotatividade na responsabilidade de execução, chamada Rede Gestora (RG); (II) A secretaria executiva da RG, chamada Equipe Gestora (EG), será responsável pela execução e coordenação do PPPEA, sendo formada inicialmente pelos representantes do ICMBio, do IAT e dos GTs Territoriais do PPPEA; (III) Como estratégias de acompanhamento das ações do PPPEA, a Rede Gestora deve aproveitar a formação dos GTs Territoriais já existentes e fortalecer os espaços e os atores estratégicos do território.

Também foram definidas algumas atribuições da Equipe Gestora: (a) Promover ações de articulação institucional e interinstitucional para incorporar

o PPPEA às instituições presentes no território; (b) Promover ações de articulação institucional e interinstitucional para incorporar o PPPEA aos processos de licenciamento ambiental relativos ao território; (c) Socializar o PPPEA no território, via GTs Territoriais; (d) Buscar representatividade dos Conselhos das UCs; (e) Elaborar seu Regimento Interno e estabelecer o procedimento para a entrada de novos membros na Equipe Gestora e nos GTs Territoriais; (f) Criar um plano de comunicação para o PPPE; (g) Buscar mecanismos de financiamento para as ações propostas no PPPEA; (h) Monitorar e avaliar o PPPEA.

Conclusões

Construído por várias mãos, mentes e corações, o PPPEA proporcionou uma experiência coletiva de enriquecimento da leitura da realidade do território, seus atores, suas condicionantes e tensões, ressaltando a importância de se compreender criticamente as relações que o permeiam e constroem, antes de propor ações educativas, principalmente, quando se almeja, de verdade, dar respostas aos conflitos ambientais identificados.

Os desafios que foram surgindo nesses dois anos provocaram a necessidade de adaptação e criação de estratégias de envolvimento do grupo, bem como a realização de encontros em diferentes formatos para que a Equipe Ampliada conseguisse, a partir dos diferentes contextos, permanecer e se fortalecer durante todo o processo. Enfrentou-se a pandemia do coronavírus, deslizamentos nas estradas da Serra do Mar paranaense, falta de tempo e informações, desafios esses superados pela criatividade, competência e comprometimento de todo o grupo.

Neste processo de superação dos desafios as vivências integrativas e os elementos artísticos desempenharam papel importante na coesão do grupo e no bom andamento dos trabalhos. Possível citar que desde os materiais gráficos que subsidiaram as oficinas, passando pelas atividades de relaxamento, preparação física e as vivências integrativas, até as intervenções poético-musicais, que surgiam espontaneamente entre os participantes, foram elementos que contribuíram significativamente para o fortalecimento dos vínculos e o sentido de pertencimento, constituindo-se em ferramentas valiosas na construção dos processos participativos.

A diversidade de atores de vários setores comprometidos no processo e os resultados alcançados, inclusive com a definição de ações prioritárias já com aporte de recursos e a formação da Rede Gestora, aponta para maiores chances de implementação do PPPEA, enquanto ferramenta estruturante para a gestão do território comum, promovendo a sinergia dos atores e instituições na efetivação destas ações.

Além do ineditismo que esse grupo se aventurou em relação ao território, criou-se um belo exemplo de uso qualificado de recursos provenientes de condicionantes do processo de licenciamento ambiental, partindo do processo participativo do Conselho da APA de Guaratuba.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 7: 559-572, 2024.

Posteriormente, com a reestruturação da proposta de EA inicial, a formação das parcerias estratégicas, a mobilização dos atores e o desenvolvimento dos trabalhos, até culminar na abertura deste precedente ímpar de orientação para ações de Educação Ambiental Crítica e o fortalecimento das políticas públicas e interinstitucionais nos diferentes contextos do território.

Com tudo isso, seguimos em frente, impulsionados pela cooperação do trabalho em rede para a continuidade da implementação deste lindo e desafiador processo, para que o sonho construído junto se torne realidade na integração das ações de educação ambiental aos múltiplos contextos, identidades e territorialidades presentes no entorno da APA de Guaratuba, para que num devir, se constitua em um referencial positivo e estruturante para todo o litoral do Paraná.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 mai. 2024.

FERLA, Marcio Ricardo. **As territorialidades da educação ambiental no Sistema Federal de Unidades de Conservação da Natureza**. 2018, 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2680>. Acesso em: 26 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Instrução Normativa nº 02**, de 27 de março de 2012. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=126811>. Acesso em: 23 mai. 2024.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Educação ambiental em unidades de conservação**: ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade. Brasília, 2016.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Instrução Normativa nº 19**, de 10 de dezembro de 2018. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, nº 239, 13 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/PPPea/INSTRU%C3%87%C3%83O_NORMATIVA_N%C2%BA_19_DE_10_DE_DEZEMBRO_DE_2018_-_Imprensa_Nacional.pdf. Acesso em: 13 mai. 2024.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Projeto Político-Pedagógico Mediado pela Educação Ambiental do Território da APA de Guaratuba**. No prelo. Curitiba, 2024.

LAYRARGUES, Philippe Pomier.; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

XAVIER, Mariele Borro Mucciatto. Trajetória e avaliação da educação ambiental nas unidades de conservação federais: os projetos político-pedagógicos mediados pela educação ambiental do ICMBIO. 2020, 171 f. **Dissertação** (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/68561>. Acesso em: 25 mai. 2024.